



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

O COVID-19 no contexto político brasileiro: tramas, atores e repertórios

Autoria: Thais Rodrigues Penaforte (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A emergência do COVID-19 tem confrontado líderes e entidades governamentais e descortinado ações e posicionamentos desses atores frente à essa pandemia. Buscando compreender quais elementos são acionados, no contexto parlamentar da Comissão Externa destinada a acompanhar ações preventivas da vigilância sanitária e possíveis consequências para o Brasil quanto ao enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus? - CEXCORVI, procurou-se acompanhar como ocorre a edificação do vírus a partir da atuação dos parlamentares brasileiros. O acionamento de dimensões científicas para configuração do cenário pandêmico justificam visões de mundo particulares e que se posicionam de forma a legitimar ou deslegitimar o lugar do COVID-19. Essas controvérsias permitem perceber a extensa rede de mediadores heterogêneos que se conectam ao vírus em debate. Seu status ontológico não se assenta apenas em teorias da Biologia ou Virologia, mas se expressa nas relações intersubjetivas da vida cotidiana. Os agenciamentos do vírus conformam processos de coprodução, tendo como fio condutor os efeitos do vírus na vida social e econômica. Na disputa por disposição de verdades, um agrupamento político se orienta por uma certa “visão técnica” e se instrumentaliza pela medicina baseada em evidências e orientações dos organismos internacionais de saúde pública. A experiência com a COVID-19 se revela a partir do cenário dos hospitais e outras instituições de saúde, das pesquisas científicas e da própria estrutura social e doméstica. Já outro grupo, reverbera os entendimentos do próprio presidente da república, desprezando a competência do vírus que possui significância apenas por ameaçar as liberdades individuais e o desenvolvimento econômico nacional. Observa-se que o COVID-19 enreda perspectivas sociais, econômicas e formas de conhecimento. Sua



natureza viral imprime preocupações com a vida pública e social, centralizando seu debate e canalizando atuações, nem sempre associadas à pandemia. Essa arena de disposições, a partir do legislativo brasileiro, conforma um quadro referencial de múltiplas dimensões. São perspectivas fragmentadas, que criam significados ao COVID-19, nem sempre coerentes ou sustentadas por uma causalidade, mas, a partir de práticas sociais que são negociadas e agenciadas por relações de intercâmbio de interesses e de representação. O COVID-19 encontra relevo nos fragmentos da vida cotidiana e da produção política evidenciando agendas, conteúdo legislativo e alinhamento de demandas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: